



# Bamércio Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 50.662.436/0001-14 | (Anteriormente denominada Bamércio S.A. Previdência Privada)

## Relatório da Administração:

**Senhores Acionistas,** Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Bamércio Seguros S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Seguradoras supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Os negócios sociais se constituíram principalmente na operação de seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. Atendendo ao disposto na Circular SUSEP nº 483, de 06 de janeiro de 2014, a Bamércio Seguros S.A. declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". Colocando-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 20 de Fevereiro de 2019.

**Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)			
Ativo	Nota explicativa	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>15.497</b>	<b>12.348</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>33</b>	<b>24</b>
Caixa e bancos		33	24
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>15.420</b>	<b>12.324</b>
Cotas de Fundos de Investimento	4	15.420	12.324
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>44</b>	–
Despesas antecipadas		44	–
<b>Ativo não circulante</b>		<b>5.939</b>	<b>5.580</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>5.938</b>	<b>5.579</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>5.919</b>	<b>5.557</b>
Letras Financeiras do Tesouro	4	5.919	5.557
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>19</b>	<b>22</b>
Depósitos judiciais e fiscais	5	19	22
<b>Intangível</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Outros intangíveis		1	1
<b>Total do ativo</b>		<b>21.436</b>	<b>17.928</b>

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)			
	Nota explicativa	2018	2017
Despesas administrativas	10	(385)	(527)
Despesas com tributos		(196)	(187)
Resultado financeiro	10	1.044	1.527
<b>Resultado operacional</b>		<b>463</b>	<b>813</b>
Ganhos com ativos não correntes	10	11	177
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>474</b>	<b>990</b>
Imposto de Renda	7	(43)	(94)
Contribuição Social	7	(53)	(94)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>378</b>	<b>802</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>20.000.000</b>	<b>10.563.400</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<b>0,02</b>	<b>0,08</b>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)				
	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>15.000</b>	<b>1.963</b>	–	<b>16.963</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	802	802
Reserva legal	–	40	(40)	–
Reserva estatutária	–	262	(262)	–
Juros Sobre o Capital Próprio e dividendos	–	(1.150)	(500)	(1.650)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>15.000</b>	<b>1.115</b>	–	<b>16.115</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>15.000</b>	<b>1.115</b>	–	<b>16.115</b>
Aumento de capital	5.000	–	–	5.000
Lucro líquido do exercício	–	–	378	378
Reserva legal	–	19	(19)	–
Reserva estatutária	–	159	(159)	–
Juros Sobre o Capital Próprio e dividendos	–	–	(200)	(200)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>20.000</b>	<b>1.293</b>	–	<b>21.293</b>

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)		
Método Indireto	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	378	802
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>378</b>	<b>802</b>
<b>Aumento/(diminuição) das contas patrimoniais:</b>		
Ativos Financeiros	(3.458)	(675)
Depósitos judiciais e fiscais	3	193
Despesas Antecipadas	(44)	34
Impostos e contribuições	(133)	(87)
Outras contas a pagar	(1.530)	1.541
Provisões judiciais	(7)	(161)
<b>Caixa líquido (Consumido) /Gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(4.791)</b>	<b>1.647</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de Capital	5.000	–
Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(200)	(1.650)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>4.800</b>	<b>(1.650)</b>
<b>Aumento líquido/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>9</b>	<b>(3)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	24	27
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	33	24
<b>Aumento líquido/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>9</b>	<b>(3)</b>

**1. Contexto operacional** – A Bamércio Seguros S.A. – (“Seguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social realizar operações de seguros de danos e pessoas em todo território nacional conforme Portaria nº 7.177, publicada no Diário Oficial União de 20 de agosto de 2018, nos termos da legislação vigente, e demais normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), operando exclusivamente com a comercialização de seguros de danos e pessoas, com sede na Rua Canadá, nº 387, Jardim América, Capital, São Paulo. A Portaria SUSEP nº 7.177, de agosto de 2018, aprovou as seguintes deliberações: a) Alteração da denominação social para Bamércio Seguros S.A.; b) Alteração do objeto social para seguros de danos e pessoas em todo o território nacional; e c) Reforma e consolidação do estatuto social. Ademais, a Portaria cancelou a autorização para operar planos de previdência complementar aberta, concedida a Bamércio S.A. Previdência Privada, concedendo, assim autorização a Bamércio Seguros S.A. para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. Vale destacar que até 31 de dezembro de 2018 não houve nenhuma comercialização de produtos de seguros, seja ramo vida ou danos. **2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis** – **2.1. Declaração de conformidade:** Em consonância à Circular SUSEP nº 517, de 2015, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e segundo os critérios de comparabilidade. **2.2. Comparabilidade:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 517/15. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 20 de fevereiro de 2019. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a sua moeda funcional. **2.5. Demonstração do resultado abrangente (DRA):** A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPCs. **3. Principais práticas contábeis** – As seções a seguir, descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor e vencimento que não afetam a vinculação com ativos garantidores. **3.2. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem valores a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, bem como contas a pagar e outras dívidas. **a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Administração, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **b) Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Seguradora tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **c) Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **3.3. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são calculadas com base nos planos de pecúlios nº 15414.002334/2002-1 e nº 15414.001264/2006-90, posicionadas na Seguradora em 31 de dezembro de 2018; seus cálculos estão de acordo com as metodologias e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais conforme disposto pela SUSEP, e com os critérios determinados pela Resolução CNSP nº 281/2013 e alterações posteriores. Considerando que a Seguradora não possui dados suficientes para utilização de metodologia própria, a IBNR é calculada seguindo os dispositivos legais da Circular SUSEP nº 517/2015, sendo assim, a base de cálculo para o mês de dezembro de 2018, foram pautadas nos pecúlios e contribuições acumuladas nos últimos doze meses. Não houve pagamentos de benefícios em seus dois planos de pecúlio, no decorrer do exercício de dezembro de 2017 a dezembro de 2018. Desde julho de 2015 a Seguradora, não recebe contribuições em razão do cancelamento de sua carteira. Diante do exposto acima, em 31 de dezembro de 2018, não houve constituição de provisão técnica. **3.4. Contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** São calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial sendo para o imposto de renda corrente aplicado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$240 anuais, e para a contribuição social à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 e voltará para a alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019. **3.6. Ativos contingentes, provisões judiciais e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados da seguinte maneira: **• Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **• Provisões judiciais:** são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou reconhecidos contabilmente como provisões judiciais para a parcela que houver expectativa de saída de caixa e, aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação. **• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação vigente. **3.7. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas no período em que elas ocorrem, observado o regime de competência. Para o produto de seguro comercializado pela Seguradora, o fato gerador da receita é a vigência do risco ou a emissão da apólice o que ocorrer primeiro.

### 4. Títulos e valores mobiliários

**a. Resumo e classificação**

Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	2018	%	2017	%
Cotas de Fundos de Investimentos	15.420	100	12.324	100
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>5.919</b>	<b>100</b>	<b>5.557</b>	<b>100</b>
Letras Financeiras do Tesouro	5.919	100	5.557	100
<b>Total</b>	<b>21.339</b>		<b>17.881</b>	

**b. Composição por faixa de vencimento**

Títulos para negociação:	Até 180 dias	Acima de 250 dias	Valor Contábil	Valor de Mercado
Cotas de Fundos de Investimentos	15.420	–	15.420	15.420
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>–</b>	<b>5.919</b>	<b>5.919</b>	<b>5.919</b>
Letras Financeiras do Tesouro	–	5.919	5.919	5.919
<b>Total</b>	<b>15.420</b>	<b>5.919</b>	<b>21.339</b>	<b>21.339</b>

**c. Desempenho e taxas contratadas:** A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2018, o desempenho global dos ativos financeiros em renda fixa, títulos públicos, títulos privados e quotas de fundos de investimentos, que compõem a carteira de aplicações está assim demonstrado:

Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	2018	2017
Contratadas	Custo mais rendimentos	Custo mais rendimentos
Cotas de Fundos de Investimentos	15.420	12.324
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>5.919</b>	<b>5.557</b>
Letras Financeiras do Tesouro	5.919	5.557
<b>Total</b>	<b>21.339</b>	<b>17.881</b>

**d. Movimentação**

Valor justo por meio do resultado	Saldo em 01/01/2018	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2018
Cotas de Fundos de Investimentos	12.324	5.000 (2.665)	761	15.420	
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>5.557</b>	–	362	<b>5.919</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	5.557	–	362	5.919	
<b>Total</b>	<b>17.881</b>	<b>(5.000) (2.665)</b>	<b>1.123</b>	<b>21.339</b>	

**5. Depósitos judiciais e fiscais – ativo circulante e não circulante** – A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos em andamento, dentre os quais foram efetuados depósitos judiciais e/ou recursais que totalizam R\$19 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 22 em 2017). **6. Provisões técnicas – a. IBNR:** Somente a provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) teve necessidade de provisionamento até outubro de 2016, face às considerações relatadas na nota explicativa nº 1. As provisões técnicas eram calculadas com base nos planos de pecúlios nos 15414.002334/2002-1 e 15414.001264/2006-90, posicionadas na Seguradora em 31 de dezembro de 2016. Considerando que a Seguradora não possui dados suficientes para utilização de metodologia própria, a IBNR é calculada seguindo os dispositivos legais da Circular SUSEP nº 517/2015, sendo assim, a base de cálculo para os meses de referências novembro e dezembro de 2016, foram pautadas nos pecúlios e contribuições acumuladas nos últimos doze meses. Não houve pagamentos de benefícios em seus dois planos de pecúlio, no decorrer do período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018. Desde julho de 2015 a Seguradora, não recebe contribuições em razão do cancelamento de sua carteira. Diante do exposto acima, em 31 de dezembro de 2018, não houve constituição de provisão técnica. **b. Desenvolvimento de sinistros:** O quadro de desenvolvimento

de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A Seguradora até julho de 2018 operava exclusivamente com plano de pecúlio individual estruturado no regime financeiro de repartição simples, na modalidade de benefício definido, ou seja, os valores de benefícios são conhecidos na data de aviso dos sinistros, não ocorrendo alterações de estimativas para seus respectivos pagamentos, e os prazos de liquidação dos mesmos são realizados em média no período de 30 dias a contar da data de comunicação à Administração. Vale destacar que até este instante não houve nenhuma comercialização de produtos de seguros, seja ramo vida ou danos, portanto, não existem provisões técnicas constituídas. Não há registros de processos judiciais de sinistros no exercício em análise:

Montante estimado para os sinistros	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
No ano do aviso	7	8	20	36	27	18	56	3	–	–	–
<b>Estimativa dos sinistros na data-base</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>20</b>	<b>36</b>	<b>27</b>	<b>18</b>	<b>56</b>	<b>3</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

**7. Imposto de Renda e Contribuição Social**  
Resultado antes dos impostos e participações: 274 490  
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 15% (20% a partir de 09/2015 conforme Lei nº 13.169) respectivamente: 123 221  
Efeito das adições e exclusões: (27) (33)  
**Imposto de Renda e Contribuição Social devidos** 96 188

**8. Contingências passivas – 8.1. Perdas Prováveis: • Processos Administrativos:** a Seguradora possui contingência proveniente de Processos Administrativos instaurados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, no montante de R\$35, cuja provisão está constituída em Passivo não Circulante “Outras Provisões – Processos Administrativos”.

**Movimentação das provisões judiciais**

	Contingências Cíveis	Contingências Administrativas
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>9</b>	<b>33</b>
Constituições	–	–
Atualização Processos	–	2
Reversões/Pagamentos	(9)	–
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>–</b>	<b>35</b>
<b>Quantidade de Processos</b>	<b>–</b>	<b>2</b>

**8.2. Perdas possíveis:** **• Tributário:** a Seguradora possui contingências originadas de processos judiciais de natureza Tributário, no montante aproximado de R\$26. Na opinião dos assessores jurídicos as perspectivas de perdas são possíveis; **• Cível:** a Seguradora possui contingências originadas de processos judiciais de natureza Cível, no montante aproximado de R\$86. Na opinião dos assessores jurídicos as perspectivas de perdas são possíveis. **9. Patrimônio líquido – 9.1. Capital social:** O capital social subscrito foi totalmente integralizado, considerado o ato societário da assembleia geral extraordinária de 29/05/2018. Está representado por 20.000.000 (vinte milhões) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$1 (um real) cada ação. **9.2. Composição acionária e percentual de participação:** **• Crefipar Participações e Empreendimentos S.A.:** 91,194%; **• R.L. Participação e Empreendimentos Comerciais S.A.:** 8,806%; **• Total:** 100,00%. **9.3. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. A reserva estatutária é constituída para assegurar à Seguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. **9.4. Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:**

	2018	2017
Patrimônio líquido	21.293	16.115
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(43)	–
(-) Marcas e patentes	(1)	(1)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>21.249</b>	<b>16.114</b>

**Capital mínimo requerido:** Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento é o capital total que a Seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. *continua...*

... continuação

	2018	2017
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital Adicional baseado no Risco de Crédito Parcela 2	1.331	1.357
Capital Adicional de Risco de Subscrição	-	-
Capital Adicional de Risco Operacional	-	-
Efeito da correlação entre os riscos	-	-
Capital Risco Mercado	-	2
Capital de Risco Total (II)	1.331	1.357
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior entre (I) e (II)	15.000	15.000
<b>Suficiência (PLA - CMR)</b>	<b>6.249</b>	<b>1.114</b>

**10. Detalhamento das contas das demonstrações de resultado**

	2018	2017
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(385)</b>	<b>(527)</b>
Despesas com Serviços de Terceiros	(310)	(128)
Despesas com Localização e Funcionamento	(8)	(4)
Despesas com Publicações	(53)	(45)
Despesas Administrativas Diversas	(14)	(350)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1.044</b>	<b>1.527</b>
<b>Receita Financeira</b>	<b>1.124</b>	<b>1.611</b>
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	761	1.097
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	362	507
Receita com depósitos judiciais	1	7
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(80)</b>	<b>(84)</b>
Despesas com Custódia de Títulos	(77)	(74)
Outras despesas financeiras	(3)	(10)
<b>Ganhos com ativos não correntes</b>	<b>11</b>	<b>177</b>
Outras receitas não correntes - Reversão provisão multa - Julgamento CRSNRP	11	177

**11. Teste de adequação dos passivos ("Liability Adequacy Test - LAT"):** Inicialmente, gostaríamos de destacar que a Portaria SUSEP nº 7.177, de agosto de 2018, aprovou as seguintes deliberações: a) Alteração da denominação social para Bamércio Seguros S.A.; b) Alteração do objeto social para seguros de danos e pessoas em todo o território nacional; e c) Reforma e consolidação do estatuto social. Ademais, a Portaria cancelou a autorização para operar planos de previdência complementar aberta, concedida a Bamércio S.A. Previdência Privada, concedendo, assim autorização a Bamércio Seguros S.A. para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. Até este instante não houve nenhuma comercialização de produtos de seguros, seja ramo vida ou danos, portanto, não existem provisões técnicas constituídas. De acordo com as normas definidas na Circular Susep nº 517/15, com a ausência de segurados e a inexistência de provisões técnicas constituídas, concluímos pela inaplicabilidade do Teste de Adequação do Passivo para a data base de 31/12/2018.

**12. Gerenciamento de riscos** - A Seguradora conta com estrutura de gestão de riscos, definida e aprovada pela Administração, que tem a responsabilidade de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional. A gestão de riscos contempla os modelos definidos internamente pela Seguradora, as técnicas de acompanhamento de riscos, pessoal especializado subordinado hierarquicamente aos departamentos ligados às componentes de risco, a utilização de softwares específicos de monitoramento de riscos e sistemas de emissão de relatórios. Os relatórios são de frequência diária, mensal e anual, ou conforme requeridos e, ferramentas possibilitam a simulação de cenários de estresse, o que permite à Seguradora identificar a qualquer instante, situações que podem se materializar em risco. O gerenciamento dos riscos é coordenado pela "Diretoria de Controles Internos" em conjunto com a gerência de riscos e controles internos, produtos, tesouraria, e os demais componentes - Controles Internos, análise de processos, auditoria interna e segurança da informação, com estrutura compatível as operações da Seguradora.

**12.1. Risco de seguro/subscrição:** O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculos das contribuições. A Seguradora operava unicamente com plano de pecúlio individual por meio dos seguintes planos: • Processo SUSEP 15414.002334/2002-01 - Data da aprovação: 25/06/2002; • Processo SUSEP 15414.001264/2006-90 - Data da aprovação: 06/06/2006. A gestão de risco de seguro e financeiro da Seguradora leva em consideração os níveis de manutenção de custos atuais e futuros para o pagamento de benefícios, bem como as receitas de serviço cobradas dos participantes, para cobrir esses custos. A Seguradora avalia, constantemente, os respectivos níveis de persistência com base em experiência histórica, levando esse estudo em consideração por ocasião da aquisição de ativos financeiros, evitando, assim, potenciais efeitos adversos e mantendo níveis adequados de caixa para cumprir todas as suas obrigações contratuais futuras. Desta forma, para a carteira de previdência a Administração assume as seguintes premissas atuariais: • Utilização de tábuas biométricas aprovadas pela legislação vigente e que representem a melhor estimativa de mortalidade e/ou sobrevivência para a massa segurada; • Utilização de taxa de juros igual ou inferior à taxa básica de juros da economia brasileira; • Base de dados composta por informações referentes a um período não inferior a 36 meses, contados a partir da data-base de análise. A Portaria SUSEP nº 7.177, de agosto de 2018, cancelou a autorização para operar planos de previdência complementar aberta, concedida a Bamércio S.A. Previdência Privada, concedendo, assim autorização a Bamércio Seguros S.A. para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. Vale destacar que até este instante não houve nenhuma comercialização de produtos de seguros, seja ramo vida ou danos, por-

tanto, não existem provisões técnicas constituídas. O cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição é calculado de acordo com as normas estabelecidas por meio da Resolução CNSP nº 321/2015. **Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros:** Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Seguradora deve efetuar a indenização de todos os eventos ocorridos durante a vigência do plano, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período e parte destes sinistros está relacionada à provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR). A Gerência de Riscos em conjunto com a área atuarial realiza monitoramento constante para verificação da adequação da provisão de IBNR constituída comparadas às datas de ocorrência dos sinistros.

**Resultado da análise de sensibilidade:** A alínea e, inciso XI, artigo 156, contido no anexo I da Circular SUSEP nº 517/2015 determina que se faça uma análise de sensibilidade considerando, principalmente, as seguintes variáveis: 1. Sinistralidade; 2. Taxas de juros; 3. Índice de conversibilidade; 4. Mortalidade (frequência e severidade); 5. Sobreavincência; e 6. Inflação. Conforme informações repassadas pela Cia, a Portaria SUSEP Nº 7.177, de agosto de 2018, aprovou as seguintes deliberações: a) Alteração da denominação social para Bamércio Seguros S.A.; b) Alteração do objeto social para seguros de danos e pessoas em todo o território nacional; e c) Reforma e consolidação do estatuto social. Ademais, a Portaria cancelou a autorização para operar planos de previdência complementar aberta, concedida a Bamércio S.A. Previdência Privada, concedendo, assim autorização a Bamércio Seguros S.A. para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. Vale destacar que até este instante não houve nenhuma comercialização de produtos de seguros, seja ramo vida ou danos, portanto, não existem provisões técnicas constituídas. Por fim, mediante o contexto analisado, representado pela ausência de obrigações decorrentes dos contratos de seguros, a inexistência de provisões técnicas e inaplicabilidade do TAP, torna-se impossível desenvolver qualquer tipo de análise de sensibilidade que contemplem a determinação da alínea "e", inciso XI, artigo 156, contido no anexo I da Circular SUSEP nº 517/2015.

**12.2. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações com a Seguradora. A Administração tem políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, por intermédio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros, que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e seus fatores dinâmicos de mercado. A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da Seguradora e alinhados à política de investimento definida. A Seguradora busca realizar a gestão dos ativos financeiros por meio da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros, distribuídos por rating de crédito avaliados pelo departamento de risco da Seguradora e os ativos classificados na categoria "sem rating" são fundos de investimentos de baixo risco, com rentabilidade indexada à variação do CDI (Fundo Bradesco Empresas FIC REF DI Federal):

**Composição da carteira por classe e categoria contábil**

	AAA	Sem rating	2018 Total
Caixa e Bancos	33	-	33
<b>Ativos Financeiros</b>			
Valor justo por meio do resultado	-	15.420	15.420
Mantidos até o vencimento	5.919	-	5.919
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>5.952</b>	<b>15.420</b>	<b>21.372</b>

**12.3. Risco de liquidez:** É definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Seguradora, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A política de gestão de riscos de liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam o estabelecimento de reserva mínima de liquidez e que garantam a Seguradora honrar com seus compromissos, bem como a existência de estratégias e planos de ação para situações de crise de liquidez. A estrutura responsável pelo gerenciamento do risco de liquidez é a gerência de riscos, com o apoio do departamento de tesouraria, que monitora e controla o fluxo de caixa, as aplicações financeiras, elabora relatórios gerenciais das condições de liquidez da Seguradora, que são direcionados à Diretoria.

**Fluxo de caixa em 31/12/2018**

	0 - 3 meses Sem vencimento definido	Acima de 1 ano	Total
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>	<b>15.420</b>	-	<b>15.420</b>
Cotas de Outros Fundos de Investimentos	15.420	-	15.420
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>-</b>	<b>5.919</b>	<b>5.919</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.919	5.919
<b>Créditos das operações com previdência</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Contribuições a Receber de participantes	-	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>33</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>15.453</b>	<b>5.919</b>	<b>21.372</b>
<b>Provisões Técnicas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>108</b>	<b>-</b>	<b>108</b>
Contas a Pagar	108	-	108
<b>Total do passivo</b>	<b>108</b>	<b>-</b>	<b>108</b>

**12.4. Risco de mercado:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Os responsáveis pela Administração da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Seguradoras reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias. O gerenciamento de risco de mercado é realizado com a aplicação de metodologias previamente definidas e sistemas adequados à natureza das operações e a complexidade dos produtos ofertados e a dimensão da sua exposição. Os processos de avaliação de riscos buscam identificar os descolamentos de preços no mercado que possam impactar negativamente as posições assumidas da Seguradora perante o mercado. São aplicadas metodologias para o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e o cálculo do valor em risco (VaR), aplicação de testes de estresse de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, com a utilização de cenários históricos ou de mudança de premissas. A Seguradora utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. O resultado dessas análises é utilizado para gestão de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e condições de mercado previstas para períodos futuros e seus resultados são utilizados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos específicos originados de ativos e passivos detidos pela Seguradora. Todos os ativos possuem rentabilidade indexada à variação do CDI e SELIC e assim estão protegidas de perdas advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxa de juros, moedas e índices de preços. No caso de considerarmos uma premissa de aumento de 3,0% na taxa de juros o impacto será positivo no resultado.

**Análise de sensibilidade de risco de mercado**

**Cenário** 31/12/2018

Classe	Premissas (%)	Saldo		Variação no Resultado e no PL
		Contábil	estimado	
<b>Ativos Pós-fixados Públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro	3,0% a.a. na taxa	5.919	6.097	178
Quotas de Outros Fundos de Investimentos	3,0% a.a. na taxa	15.420	15.883	463
<b>Total</b>		<b>21.339</b>	<b>21.980</b>	<b>641</b>
Impacto tributário (44,65%)		-	-	(286)
<b>Efeito líquido de impostos</b>		<b>21.339</b>	<b>21.980</b>	<b>355</b>

**12.5. Risco operacional:** É o risco definido como possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão de risco operacional é realizada por meio da disponibilização de ferramentas, divulgação de políticas e metodologias da Seguradora e a disseminação da cultura, monitoradas por meio de atividades contínuas de gestão e pela auditoria interna. Os pontos identificados de não conformidade são comunicados à administração para garantir uma eficiente gestão de risco operacional e mitigação de perdas da Seguradora. O gerenciamento do risco operacional está centralizado no departamento de riscos. Matrizes de riscos são utilizadas para identificar, avaliar, tratar, controlar e monitorar os riscos que as operações da Seguradora estão sujeitas e são periodicamente revisadas e atualizadas. **12.6. Gestão de risco de capital:** A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo CNSP e pela SUSEP. A estratégia e o modelo utilizado pela Administração consideram "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora por meio da otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora. Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (a) Manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e pela SUSEP; (b) Apoiar ou melhorar o rating de crédito da Seguradora pelo tempo e pela estratégia de gestão de risco; e (c) Otimizar retornos sobre capital para os acionistas. **12.7. Resumo do relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco:** A estrutura de gerenciamento de risco é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações. Ela abrange os riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito. Para fazer frente aos eventos de risco, essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Seguradora. Em razão disto, a Administração promove sua revisão anual, bem como de suas políticas, ou em periodicidade inferior se eventos extraordinários ou conjunturas adversas assim o exigirem. **13. Transações com partes relacionadas** - As transações com partes relacionadas são a seguir apresentadas: **Crefisa S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos:** A operação existente entre as empresas ocorre mediante o encaminhamento de clientes, sem atribuição de remuneração entre as partes. **Adobe Assessoria de Serviços Cadastrais S.A.:** A Seguradora utiliza serviços operacionais e administrativos, compartilhados com a estrutura, da Adobe Assessoria de Serviços Cadastrais S.A. Fornece serviços de pessoal chave para a Administração da Seguradora, sem atribuição de remuneração entre as partes. **14. Eventos subsequentes** - Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo de 31/12/2018.

Diretoria	
Leila Mejdalani Pereira	- Diretora Presidente
José Roberto Lamacchia	- Diretor Superintendente
Marday Gomes Teixeira	- Atuarial - Registro MTB nº 1233 - MIBA
Edson Carmo Lopes	- Contador - CRC 1SP 214.138/O-4

**Aos Acionistas e Administradores da Bamércio Seguros S.A. (Anteriormente denominada Bamércio S.A. Previdência Privada)**

São Paulo-SP

**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Bamércio Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bamércio Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Seguradoras supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Bamércio Seguros S.A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer maneira de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra

mos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2SP 013.846/O-1  
**Francisco de Paula dos Reis Júnior**  
Contador 1SP 139.268/O-6

**VISITE NOSSAS LIVRARIAS:**  
• livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual  
• Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

**BDO**  
SÃO PAULO METRÓPOLE  
**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO